



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023
(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima da Presidência da República, a Senhora Marina Silva, acerca das medidas adotadas para combater a vulnerabilidade causada pelo garimpo ilegal e a rota do narcotráfico nas Terras Indígenas que estão aguardando demarcação.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, acerca das medidas adotadas para combater a vulnerabilidade causada pelo garimpo ilegal e a rota do narcotráfico nas Terras Indígenas que estão aguardando demarcação. No sentido de esclarecer a esta Casa, encaminhamos as seguintes questões:

- a) Quais são as medidas que o Ministério do Meio Ambiente está tomando para combater o garimpo ilegal nas Terras Indígenas, especificamente na região do médio Rio Negro, onde a TI Uneixi está localizada?
- b) Como o Ministério do Meio Ambiente está colaborando com outros órgãos governamentais e agências de segurança para enfrentar o problema do narcotráfico que afeta as comunidades indígenas na região da TI Uneixi?
- c) Quais ações estão sendo implementadas para garantir a proteção e a segurança dos povos indígenas da TI Uneixi diante das ameaças decorrentes do garimpo e do narcotráfico?
- d) Existe algum plano de fiscalização e controle mais rigoroso nas áreas próximas à TI Uneixi, a fim de evitar a atividade ilegal de garimpo e o tráfico de drogas?

LexEdit





- e) Quais recursos e apoio o Ministério do Meio Ambiente está oferecendo para fortalecer a gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas, incluindo a TI Uneixi, a fim de enfrentar esses desafios?
- f) Como o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando em parceria com outras instituições, como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e órgãos de segurança, para garantir a proteção e a preservação dos territórios indígenas afetados pelo garimpo e pelo narcotráfico?
- g) Qual é o plano do Ministério do Meio Ambiente para promover o desenvolvimento sustentável nessas regiões, oferecendo alternativas econômicas viáveis que reduzam a pressão sobre as Terras Indígenas e minimizem a atração dessas atividades ilegais?
- h) Existe alguma iniciativa em andamento para fortalecer a conscientização ambiental e promover a participação das comunidades indígenas locais na proteção e preservação dos recursos naturais em suas terras?

JUSTIFICAÇÃO

Há mais de 20 anos, povos indígenas das Terras Indígenas (TIs) da Amazônia esperam pela homologação de seus territórios. Eles vivem em constante alerta e temem pela segurança devido à demora no processo de demarcação. Essas populações enfrentam invasões deliberadas de garimpeiros, extrativistas, madeireiros, caçadores, posseiros, fazendeiros e pescadores ilegais. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Ministério da Justiça, juntamente com a assinatura do presidente da República, são responsáveis pelo processo.

Durante os quatro anos do último governo, os processos de demarcação das TIs foram completamente paralisados. Isso resultou na vulnerabilidade das pessoas que vivem em cinco TIs da Amazônia Legal. As lideranças dessas TIs foram ouvidas pelo portal jornalístico Amazônia Real. Agora, esses povos aguardam a assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para concluir o processo de demarcação. As

LexEdit
CD233646905700*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **AMOM MANDEL – CIDADANIA/AM**

Apresentação: 22/05/2023 15:10:35.820 - MESA

RIC n.1415/2023

TIs em questão são: TI Cacique Fontoura (povo Karajá) em Luciara e São Félix do Araguaia, Mato Grosso; TI Arara do Rio Amônia (povo Apolima-Arara) em Marechal Thaumaturgo, Acre; TI Rio Gregório (povos Katukina Pano e Yawanawa) em Tarauacá, Acre; e TI Uneiuxi (povos Isolados do Igarapé do Natal e Nadöb) em Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas.⁽¹⁾

Essas cinco TIs foram incluídas no relatório do Grupo de Trabalho (GT) Povos Indígenas, entregue ao presidente Lula em 12 de dezembro de 2022. Na época, as lideranças indígenas recomendaram a homologação de 13 territórios e solicitaram que o decreto fosse assinado no primeiro mês do novo governo, o que não ocorreu. No relatório, a TI que espera há mais tempo pela homologação é Acapuri de Cima, em Fonte Boa, Amazonas, com processo iniciado em 1991 e limites físicos declarados em 2000. O povo Kokama ainda aguarda. O processo mais recente é da TI Rio Gregório, Acre, com estudos iniciados em 2006.

O documento também mencionou outras 66 TIs, sendo 31 na Amazônia Legal, que estão em estágios menos avançados de demarcação. Desses, 21 aguardam demarcação física e 10 aguardam a publicação da portaria do Ministério da Justiça no Diário Oficial da União. O processo de demarcação de uma TI envolve cinco fases: estudo, delimitação, declaração, homologação e regularização.

A vulnerabilidade destas regiões preocupa a todos, uma vez que a comunidade vive de ameaças por conta da rota do narcotráfico, a exemplo, temos a Terra Indígena Uneiuxi, localizada na região do médio Rio Negro, no município de Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas, está vulnerável ao garimpo e ao narcotráfico. Essa terra ancestral é habitada pelo povo Nadöb e pelos Isolados do Igarapé do Natal. Marivelton Baré, diretor-presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), explica que balsas de garimpo que exploram minério ilegalmente no rio Japurá estão próximas ao território. Os indígenas também estão na rota de facções que contrabandeiam drogas da Bolívia para o Brasil, o que preocupa a comunidade.

Dessa forma, sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas

¹ Nicoly Ambrosio, ‘Sem homologação, sem proteção’, (Amazônia Ideal, 12/04/2023), Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/especiais/100-dias-demarcacoes/>> Acesso em: 22 de maio de 2023.

LexEdit
CD33646905700*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **AMOM MANDEL – CIDADANIA/AM**

ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as necessidades ambientais do país e do mundo, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 22 de maio de 2023

Deputado AMOM MANDEL

Apresentação: 22/05/2023 15:10:35.820 - MESA

RIC n.1415/2023



* C D 2 3 3 6 4 6 9 0 5 7 0 0 *

